

Dois Estados ou uma Palestina laica, democrática e não-racista?

Angel Luís Parras

Membro do PRT (Espanha) e do Comitê Executivo da LIT-QI

Joseph Wetí

Dirigente do PSTU (Brasil), ex-membro de grupo de juventude sionista e participante de visita a campos de refugiados palestinos na Síria em dezembro de 1992

Quando escrevímos este artigo a situação na Palestina já estava evoluindo para uma guerra aberta entre Israel e o povo palestino, segundo Robert Fisk, repórter inglês presente em Ramallah, na Cisjordânia. Qual a saída para um aparente impasse "sem solução"? Como toda situação aguda, a nova Intifada e a guerra civil colocam questões programáticas profundas. Dentro da esquerda a discussão sobre a Intifada e o futuro da região e Israel tem caído no beco sem saída em torno da armadilha dos planos de paz. Parafraseando Clausewitz, se poderia dizer que estudam com afinco a tática, porém raras vezes a estratégia e praticamente nunca a guerra.

Discute-se apenas se os planos de paz devem ser mudados, se deve ou não haver uma intervenção externa, da

ONU, para impor a paz e não a natureza em si desses planos, de sua íntima ligação com a aceitação do *status quo* de Israel como colonizador e opressor dos povos da região, em particular dos palestinos. É possível haver paz entre o colonizador e os colonizados? É possível apontar uma solução, a partir de dois Estados, um judeu e outro palestino? Do nosso



Palestina exibe sua revolta contra as tropas sionistas

ponto de vista, é necessário voltar às questões de fundo para indicar uma saída para a revolução palestina.

A chave do problema está na natureza do Estado de Israel

A Intifada de Al-Aqsa colocou na ordem do dia uma realidade que vinha sendo encoberta enquanto durou o intervalo dado pela implementação inicial dos planos de paz de Oslo: que é impossível uma paz entre palestinos e judeus mantendo-se o caráter sionista do Estado de Israel. O problema está na natureza mesma e na origem desse Estado. Israel é um Estado artificial, um enclave militar do imperialismo norte-americano, constituído sobre a base de desalojar à força os legítimos habitantes do território, o povo palestino.¹

Baseado nas idéias sionistas, Israel tem como definição ser o Estado de uma raça, um Estado teocrático, constituído em base a um critério religioso. Israel foi fundado e expandiu-se baseado na dupla ideologia do povo eleito e que ocupa uma terra "sem povo". Mais ainda, seus dirigentes têm, desde sua fundação, insistido que os outros povos da região não têm identidade própria. É impossível haver paz com um Estado que se apoia na colonização e na exclusão do povo que vivia no local em que se instalou.

Os fundadores do sionismo eram claros nisso. Herzl, em seu livro *O Estado judeu*, dizia: "Será um bastião adiantado da civilização ocidental frente à barbárie oriental". Nenhuma das correntes presentes no movimento sionista e que governaram o Estado

fogem dessas definições básicas: que o Estado judeu é excludente dos demais povos, que uma política de exclusão deve ser aplicada aos árabes que habitavam a terra prometida antes. Por isso, até a central sindical Histadrut, seguindo os ditames do Poalei Zion (que daria origem ao Mapai, antecessor e um dos componentes do Partido Trabalhista de Barak e Peres) e de seu líder, Aaron D. Gordon, não somente excluía de suas fileiras os trabalhadores não-judeus, como fazia campanhas para que os empregadores só contratassesem trabalhadores judeus e despedissem os árabes. *Avodá ivrít* (trabalho para os judeus) é o lema da Histadrut.

Apesar de o financiamento de Israel ser um elemento revelador da natureza desse Estado, nenhuma das correntes sionistas tem vergonha de reconhecer que desde o início ele foi financiado pelos Estados Unidos e pelos poderosos *lobbies* de milionários judeus. Já nos primeiros anos de sua fundação, entre 1949 e 1966, Israel recebeu 7 bilhões de dólares. Para avaliar o significado dessa cifra, basta recordar que o Plano Marshall, feito para a Europa Ocidental de 1949 a 1954 chegou a 13 bilhões de dólares.

Israel, na época com pouco menos de 2 milhões de habitantes, recebeu - é certo que em mais tempo - mais da metade do que receberam 200 milhões de europeus. Em outras palavras, Israel recebeu do imperialismo norte-americano cinco vezes mais por cabeça que o ambicioso plano de reconstrução europeia.

Uma cifra que define com certa clareza a natureza do Estado israel-

lense é que já nos anos 1970-80 o total da ajuda norte-americana - sem contar a ajuda da "Diáspora" ou dos empréstimos - representava mil dólares por habitante/ano, o que por si só eqüivalia a mais de três vezes o Produto Interno Bruto por habitante do Egito e da maioria dos países africanos. É superconhecido o dado de que os Estados Unidos entregam a Israel atualmente uma ajuda direta no valor de 5 bilhões de dólares por ano.

A ajuda incondicional e ilimitada recebida nestes 52 anos de existência é o preço pelo serviço que o Estado sionista presta; é "o preço de custo" para que esse Estado garanta e desenvolva sem travas sua função essencial: levar judeus para a Palestina a qualquer preço; expulsar os árabes da Palestina; desempenhar o papel de "bastião adiantado da civilização ocidental".

As correntes sionistas estão de acordo na estratégia

As correntes sionistas têm em comum uma compreensão e uma estratégia para os palestinos que poderíamos resumir nas palavras de Edward



Manifestação em Beirute em defesa da causa palestina

W. Said²: "o sionismo sempre quis mais terra e menos árabes: desde Ben-Gurion a Sharon, passando por Rabin, Shamir, Netanyahu e Barak, há uma continuidade ideológica ininterrupta na qual o povo palestino é visto como uma ausência desejada pela qual se combate."³ Se as correntes sionistas dizem que os judeus têm todos os direitos à "terra de Israel", então qualquer não-judeu que esteja aí não possui qualquer direito. "Até Shimon Peres, que às vezes parece falar uma linguagem humana, nunca se deixa levar a ponto de considerar os palestinos sequer como merecedores de um tratamento como iguais. Os judeus devem seguir sendo uma maioria, possuir toda a terra, definir as leis tanto para judeus como para os não-judeus, garantir a imigração e a repatriação somente para judeus" (Said).

As definições da corrente fascista originada nos Revisionistas de Vladimir Jabotinsky admiradora de Mussolini e Hitler, que teve continuidade no Likud de Begin, Netanyahu e Sharon, foram e são mais objetivas nessa direção.

O livro *The iron wall* (A muralha de ferro) de Lenni Brenner reproduz o pensamento racista e fascista desse fundador do sionismo. "É impossível que alguém se assimile a pessoas que tenham sangue distinto ao seu. Para se assimilar, tem que mudar seu corpo, tem de converter-se em um deles no sangue. Não pode haver assimilação. Nunca haveremos de permitir coisas como o matrimônio misto porque a preservação da integridade nacional somente é possível mediante a pureza racial e para isso haveremos de ter esse território em que nosso povo constituirá os habitantes racialmente puros."

Assim como os *afrikaners* da África do Sul esses racistas nazistas consideram os palestinos como seres humanos inferiores, um não-povo; por isso, seus seguidores nas colônias em territórios palestinos ainda hoje repetem sem maiores problemas esse discurso, "não se pode chamá-los de povo"⁴.

Os dois padrinhos e antecessores de Sharon, Menachem Begin e Itzhak Shamir têm uma trajetória que coloca na prática essa concepção fascista em relação à "questão palestina". Em 1988, Shamir dizia sobre a Intifada: "Temos de criar a barreira e conseguir que os árabes dessas zonas voltem a ter medo da morte..." Qualquer semelhança com a atual

política de Ariel Sharon não é mera coincidência!

Todavia os laboristas, apesar da retórica diferente do Likud, têm a mesma estratégia: a prática é o critério da verdade. Os dados sobre a ocupação de territórios durante os últimos anos mostram a mesma política, apenas com ênfases e discursos às vezes distintos. Em 1936, Ben Gurion dizia (se referindo à aceitação da partilha da Palestina): "Um Estado judeu parcial não é o objetivo final, mas sim apenas o princípio. Estou convencido de que ninguém pode nos impedir de nos estabelecer em outras partes do país e da região". E agregava mais tarde: "o Estado será somente um estágio na realização do sionismo e sua tarefa é preparar o terreno para nossa expansão. O Estado terá que preservar a ordem, não predicando, mas com metralhadoras."

Já em 1948, segundo seu biógrafo Bar Zohar, em sua primeira visita à cidade de Nazaré haveria dito: "porque há tantos árabes, porque não os expulsaram?"⁵

Moshe Dayan, ministro da Defesa do governo trabalhista em 1967, declarava: "Somos uma geração de colonizadores e sem os capacetes de aço e o canhão não sabemos plantar uma árvore ou construir uma casa. Não retrocederemos ante o ódio de centenas de milhares de árabes em torno a nós, não desviaremos nossas cabeças para que nossas mãos não tremam de medo. Este é o destino de nossa geração. Estar preparados e armados".⁶

Rabin, que depois ganhou o Nobel da Paz, era ministro da Defesa de

Shamir em 1988 e tinha como política para enfrentar a primeira Intifada, segundo o insuspeito *Jerusalém Post*: "a prioridade absoluta é o uso da violência, o emprego da força, as surras... Consideram isso mais eficaz que as prisões [porque] depois destas podem voltar a atirar pedras nos soldados. Porém, se as tropas quebram suas mãos, já não podem reincidir..." (*New York Times*, 21/1/88).

O último governo de maioria trabalhista, o de Ehud Barak, foi o maior instalador de colônias desde 1992 nos territórios de Gaza e Cisjordânia ocupados em 1967. Um artigo de Nadav Shragai no *Haaretz*, de 27/2/01 relatava: "O governo começou a construção de 1943 unidades habitacionais nos territórios ano passado - o maior número desde 1992, de acordo aos dados apresentados ontem pelo parlamentar Mussi Raz (Meretz)."

Por isso não deveria surpreender tanto que o "pomba-da-paz" Shimon Peres possa facilmente aceitar ser parte de um governo Sharon. A organização israelense *Gush Shalom*, que lu-

ta pela retirada das colônias nos territórios ocupados através do boicote aos seus produtos, publicou no jornal *Haaretz* de 16/2/01: "Dez dias atrás o Partido Trabalhista declarou que Sharon iria causar um banho de sangue e a guerra. Agora os líderes trabalhistas correm para integrar o governo Sharon prontos para fornecer o álibi que ele necessita para o banho de sangue e a guerra".

A resposta à pergunta sobre o que leva correntes aparentemente adversárias como Likud e Trabalhistas a formarem governos de 'unidade' está no acordo estratégico sobre a natureza do Estado colonizador que leva a uma aliança histórica entre essas correntes, apesar das diferenças táticas. Por exemplo, levou a que se dividissem sobre a aceitação da partilha da Palestina de 1947, mas não em rela-



Tropas israelenses vendam os olhos de prisioneiros palestinos antes de levá-los a "interrogatório".

ção ao que fazer com os árabes residentes. O pensamento de Ben Gurion, Dayan, Rabin, Peres, Barak tem na matriz a idéia chave de um Estado judeu e de que é necessário construir as bases para isso às custas da expulsão da população árabe. Todas as negociações de paz são para assegurar esse marco e buscar que os palestinos aceitem viver nos guetos que lhes foram reservados.

A expansão como tarefa essencial do Estado sionista

Quem defende como possível solução a conformação de dois Estados, um judeu e outro Palestino, parece apoiar-se, em primeiro lugar, em um pensamento "racional" e "equitativo". Suponhamos que alguém tenha a casa invadida, parte de sua família assassinada, e outra parte expulsa, e a que fica está confinada em um pequeno quarto da casa. A partir daí, toda a sua vida, trabalhar, comer, educar-se, movimentar-se de um lugar a outro passa a depender dos acordos que chegue com o ocupante que, além do mais, continua trazendo mais gente a esse espaço que considera como "sua casa".

Nessa situação, em quê consiste o critério "racional" e "equitativo" dos dois Estados? Em legitimar essa atrocidade? Em legalizar a ocupação? Mas suponhamos que se aceita como um imperativo essa decisão. Os acordos de Oslo, como os diversos planos de paz, têm em essência esse fundamento dos dois Estados, e a história se mostrou inapelável com esse raciocínio: em meio à miséria crescente e a

expulsão dos palestinos, o curso expansionista do sionismo tem sido permanente.

Na medida em que a razão de ser do Estado sionista é trazer o "povo sem terra" à "terra sem povo", a expansão é intrínseca à sua própria natureza. A Palestina histórica tem uma extensão de 27.242 km² Israel ocupa já mais de 22.000 km², ou seja, mais de 80% do território.

A conquista de território por parte do Exército israelense foi acompanhada pelo assentamento de colonos judeus. Já no primeiro ano de vigência dos acordos de paz de Oslo, Israel confiscou 670 km² de terrenos palestinos para ampliar as colônias e abrir novas estradas entre elas, depredando, de passagem, mais de 14 mil árvores frutíferas. Nesse mesmo período, o número de colonos na Cisjordânia (sem contar Jerusalém) passou de 125 mil para 136 mil. Em dez anos de negociações de paz, o número de colonos judeus duplicou.

Alguns buscam no Likud ou nos "extremistas judeus" a razão pela qual a expansão dos assentamentos judeus continua, e se apoiam no fato, correto, de que surgiram em determinados momentos tensões entre colonos e o governo sionista de turno. Mas esse fato não absolve o Estado, nem o exime de forma alguma dessa política expansionista, e tampouco disfarça o fato irrefutável de que a expansão continuou, tanto sob governos do Likud como do Partido Trabalhista.

Shimon Peres afirmava, já em 1995, que os colonos não eram um obstáculo para a paz; que poderiam ficar

na Cisjordânia e na Faixa de Gaza depois do fim do processo de paz. (entrevista a *Der Spiegel*, 5/3/1995). Basta ver as atuais facilidades para a colonização, indicando que não há nenhum plano real de descolonização e nisso existe acordo entre os Trabalhistas e o Likud. Pode-se apelar a muitos exemplos, como em Maale Alunin⁷, onde é extremamente vantajoso para um judeu se instalar. Mas para ver o papel do Estado basta dizer que em Hebrón, para proteger 350 colonos situados no próprio centro da cidade, há 700 soldados; na Faixa de Gaza, no enclave de Netzarum, há um batalhão inteiro para custodiar 53 famílias judias.

Jerusalém concentra, por diversas razões, boa parte do conflito, e não por casualidade foi o cenário da explosão da nova Intifada. Os defensores dos planos de paz e da "solução dos dois Estados" deveriam prestar especial atenção ao processo de Jerusalém.

Em base à teoria da convivência dos dois Estados, Jerusalém foi dividida artificialmente em duas partes em 1948, por resolução da ONU. A parte ocidental, ocupada por Israel, estava povoada em sua maioria por árabes. Cerca de 60 mil palestinos dos bairros ocidentais de Jerusalém e dos

povos vizinhos tiveram de abandonar, por terror, suas casas. Em 22 de junho de 1967, Israel anexa militarmente a parte oriental, que estava sob controle jordaniano. Durante as décadas de 1960-70, Israel expande a presença judia mediante a expropriação de propriedades árabes. Durante a década de 1980, colonos judeus vinculados aos setores mais fascistas, com o apoio do Ministério da Moradia, então dirigido por Ariel Sharon, se instalaram no bairro árabe do centro da cidade, nas proximidades de Haram alSharif⁸.

Durante os últimos governos trabalhistas e do Likud, foi criado o projeto da Grande Jerusalém reservada apenas para os judeus. Entre 1996 e 1999, somaram-se a essa expansão 42 colônias "selvagens". E em 21 de junho de 1998, o governo

israelense dá o aval formal ao plano da Grande Jerusalém com algumas medidas, entre outras, a que retirava as permissões de residência aos árabes que figurasse no censo da Autoridade Nacional Palestina ou tivessem casa nos territórios administrados pela ANP.

O plano se baseou no objetivo declarado de manter um equilíbrio demográfico de sete judeus para cada três palestinos, em ir isolando a cida-



Policial agride árabe-israelense em Tel Aviv

de do restante da Palestina, impossibilitando o crescimento dos bairros árabes e estabelecendo assim uma área de expansão populacional judia na Cisjordânia. Mediante a anexação de terras, expropriações ilegais de municípios próximos a Jerusalém (Ramallah, Belém, Beir Sahur) foi sendo criado - segundo o *expert* holandês Jan de Jong - um sistema de dois anéis concêntricos de assentamentos judeus que rodeiam Jerusalém por completo. Como diz o prefeito palestino de Hebrón, "não querem viver a nosso lado, mas em nosso lugar".⁹

O "Estado" da miséria palestina

Independente da retórica, na hipótese de que se reconhecesse os dois Estados, a verdade é que só a cegueira completa ou um cinismo sem limites permitiria chamar "Estado Palestino" aqueles guetos de miséria cercados por colonos e militares sionistas, com franca supremacia econômica, política e militar destes.

O expansionismo sionista está associado a dois fatos inseparáveis da vida palestina: a diáspora de quase quatro milhões de palestinos, de uma população total que não chega a oito milhões, e a miséria mais completa dos quase três milhões de palestinos que vivem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

A expansão sionista arruinou a agricultura palestina. Mediante o confisco de terras, a imposição de quotas para as exportações ao mercado israelense, o controle de importação de ferramentas agrícolas ou o envio, a preços muito competitivos, do ex-

cedente agrícola israelense aos territórios ocupados, acabou se reduzindo a extensão dos cultivos, limitando o número de peões nas granjas e empurrando os habitantes de várias aldeias para o mercado de trabalho israelense. Nesse plano, não faltou a proibição aos agricultores palestinos de exportar produtos agrícolas para a Jordânia; zonas inteiras de oliveiras e árvores frutíferas foram destruídas.

Sem dúvida, uma arma poderosa em mãos dos militares sionistas é a água. Os recursos hídricos, devido à escassez, tornaram-se recursos estratégicos no Oriente Médio, e por isso zonas como as Colinas de Golã estiveram sob constante de disputa. Durante anos as ordens militares sionistas incluíram a destruição de poços de água palestinos, a proibição de que cavassem a mais de 120 metros de profundidade (os colonos sionistas tinham autorização para cavar até 800 metros de profundidade), a expropriação de poços de proprietários "ausentes" etc. Desde 1982, todo o sistema hídrico está sob administração da "Rede Nacional Israelense". Os habitantes palestinos de Gaza e Cisjordânia dispõem de 115 milhões de metros cúbicos de água por ano, o que representa 19% dos recursos de seu país. A economia israelense e os assentamentos judeus dispõem de 485 milhões de metros cúbicos.

Em termos de infra-estrutura, só 2% das localidades da Cisjordânia têm rede de esgotos; apenas 21% dos habitantes conta com sistema de coleta de lixo; apenas 44% das localidades cisjordanianas dispõem de fornecimen-

to permanente de energia elétrica e apenas 20% dos habitantes estão conectados à rede telefônica.

Em um estudo realizado no início dos anos 1990¹⁰, em uma situação "melhor" que a atual, os dados em matéria de saúde eram relevantes. Dos 830 milhões de dólares de impostos nos territórios ocupados recolhidos pelas autoridades militares israelenses, somente 300 milhões foram investidos em projetos de saúde, educação e assistência social. Nesse período, os gastos da administração civil em matéria de saúde pública passaram de 40 a 18,3 dólares *per capita*, enquanto que na Jordânia a cobertura era de 140 dólares e em Israel chegava a 370 dólares *per capita*. Portanto, não é de estranhar a falta de leitos e medicamentos nos hospitais palestinos.

Carentes de recursos "500 escolas, oito universidades e mais 11 mil empregados do setor educacional nos Territórios Ocupados padecem sem o menor financiamento ou diretriz" (Edward W. Said).

A economia palestina vive em fase de completa pauperização sobretudo desde 1967, quando as autoridades jordanianas terminaram de descapitalizar toda a margem oriental para favorecer a industrialização da antiga Transjordânia. O papel da economia palestina na "divisão do trabalho" está determinada pelos projetos do ocupante. Assim, em um informe de 1970 do Ministério de Defesa israelense se afirma: "por um lado, os territórios ocupados constituem um mercado suplementar para as exportações israelenses e as empresas pertencentes ao setor terciário e, por outro, é provável que acabem convertendo-se em um canteiro de mão-de-obra não qualificada".¹¹ Já em 1987, mais de 92% das importações de Gaza e Cisjordânia procediam de Israel.

Como cifra comparativa, tem-se que 1992-1993 o PIB de Israel subia para 63 bilhões de dólares, o da Jordânia a 4,1 bilhões e o dos territórios ocupados foi de 2,2 bilhões de dólares, sendo que um terço desses ingressos procede da mão-de-obra



Palestinos obrigados a andar com as mãos na cabeça em Ramallah

empregada em Israel, dos 600 mil palestinos que dependem do mercado de trabalho israelense.

O fechamento dos territórios decretado pelo governo israelense só aumento a asfixia desse quadro de pauperização. O desemprego saltou de 23 para 50% da população ativa, e se calcula que nos últimos anos o poder aquisitivo da população de Gaza e Cisjordânia caiu 46%.

Como se fosse pouco, os acordos de paz obrigam a Autoridade Nacional Palestina a "uma mesma política de importação" que Israel, deixando-lhe como "margem" importar determinados produtos de países árabes, em quantidades limitadas e a preços acertados previamente com Israel.

Cabe então perguntar: qual é a viabilidade de um Estado sem recursos hídricos, sem indústrias, com a agricultura destruída, sem infra-estrutura de moradia, saneamento, educação ou transporte, e sem independência, sequer formal, para estabelecer relações comerciais com o exterior?

Em tais condições de coexistência entre os dois Estados, o chamado "Estado Palestino" não seria mais que a administração de um gueto, gerente de um "bantustão", cujos ínfimos recursos econômicos dependeriam da "ajuda exterior", essa que chega a conta-gotas, dependendo do quanto o dono goste das medidas adotadas.

Acordos de paz que trazem "bantustões"

Já em 1988, o ex-subsecretário de Estado George Bush (administrações de Kennedy e Johnson) em seu artigo "A

paz de Israel depende de um Estacio-apêndice dos palestinos" afirmava: "A preocupação de Israel por segurança poderia ser satisfeita em boa medida redigindo um tratado formal com salvaguardas vinculadas e executáveis que impeçam o novo Estado palestino ter qualquer força armada própria e limitem o número e tipo de armas que pode usar sua polícia. Como salvaguarda adicional, o acordo poderia incluir a instalação de postos de vigilância mais amplos numerosos e efetivos que os que atualmente funcionam no Sinai a partir do acordo de paz de Israel com o Egito."¹²

A assinatura, em setembro de 1993, dos chamados Acordos de Oslo, negociados em segredo entre o governo israelense e a direção de Arafat, está em sintonia com essa proposta antiga dos funcionários do governo dos Estados Unidos. Mas esses acordos também devem ser explicados pela mudança na estratégia palestina que teve início em dezembro 1988 com a decisão da maioria do Congresso Nacional Palestino, dirigido por Arafat, de reconhecer o Estado de Israel. Essa mudança punha no centro da estratégia palestina a negociação sobre a base do reconhecimento de dois Estados.

Os Acordos de Oslo eram a máxima expressão dessa estratégia, e foram seguidos por uma enorme difusão, que não poupou elogios e cumprimentos. A declaração mesma começava com a solene afirmação dos assinantes de que havia "chegado o momento de pôr fim a decênios de confrontações e conflitos, de reconhecer reciprocamente seus direitos legítimos e políticos, de esforçar-se por

viver em coexistência pacífica, dignidade a segurança mútua...". Os direitos legítimos e a dignidade para os palestinos se resumem em uma "autonomia" carente de recursos próprios, guetos de miséria cercados pelas Forças Armadas israelenses. Em troca, a direção de Arafat renunciou não só à autodeterminação, como também a Jerusalém e aos direitos dos refugiados, ou seja, aos direitos de 55% da população palestina. Mas além de fracionar a negociação (o tema do regresso dos refugiados ficava de fora), Arafat se empenhou em fracionar a resistência palestina. Edward Said definiu os Acordos de Oslo como um "instrumento de submissão", como a "capitulação". "Israel obteve dos árabes a aceitação, o reconhecimento e a legitimidade, sem ser obrigado a renunciar à soberania sobre os territórios árabes ocupados, entre eles, Jerusalém Oriental" (Edward W. Said). Os acordos estão em sintonia com a manutenção de Israel enquanto Estado sionista. Se impõe, com a rubrica de Arafat, essa visão racista e teocrática, que repete soluções anteriormente impostas pelo imperialismo em suas colônias nos séculos XIX e XX.

Uma definição dada por Edward Said ilustra esses antecedentes e permite dar um marco histórico ao *status* atual que dá o marco das negociações sobre a região:

Menino prepara trincheira numa rua de Gaza



"Os acordos de autonomia com os quais os palestinos (excluímos os 4 milhões de refugiados cuja sorte foi jogada para a nebulosa situação do 'estatuto final') têm que conviver são uma curiosa amalgama de três 'soluções' historicamente descartadas, e idealizadas por colonizadores brancos para o problema dos povos antigos da África e Américas do século XIX.

Uma delas se baseava na idéia de que os nativos podiam ser convertidos em irrelevantes seres exóticos privados de suas terras e mantidos em tais condições de vida que lhes reduzissem a ser trabalhadores braçais temporários ou agricultores pré-modernos. Este é o modelo indígena-americano. A segunda consistia na divisão de suas terras (reservas) em bantustões descontínuos, e no estabelecimento de uma política de *apartheid* que dava privilégios especiais aos colonos brancos (hoje os israelenses), enquanto permitia-se aos nativos viver em seus guetos miserá-

veis; assim, estes eram responsáveis pelos assuntos municipais sem deixar de estarem submetidos ao controle do branco (de Israel, de novo). Este é o modelo sul-africano. Finalmente, para que estas medidas gozassem de certo grau de aceitação era necessário que um 'chefe' nativo assassinasse na parte inferior da página. Este chefe obtinha temporariamente um estatuto mais elevado que aquele que possuía antes, recebia apoio dos brancos, um título, um par de privilégios, e talvez, uma força de polícia nativa, de tal maneira que todo mundo pudesse apreciar sem dificuldade que se havia feito o melhor para esse povo. Esse é o modelo seguido pelos franceses e britânicos na África do século XIX. Arafat é o equivalente do século XX dos dirigentes africanos." ¹³

O giro na estratégia dos dois Estados é a política e a orientação da direção de Arafat. É impossível entender a Intifada sem esse cerco de miséria, asfixia e terror imposto pelo Estado sionista, mas é pertinente dizer que a Intifada também é um protesto contra essa política, que legitima o sionismo enquanto condena o povo palestino à fome e ao desemprego.

Alguns argumentos da esquerda a favor dos dois Estados

Excede os limites de espaço deste artigo e seu objetivo responder aos diversos argumentos daqueles que, na esquerda, defendem como saída para o conflito uma solução pacífica baseada na conformação de dois Estados.

Por exemplo, é um argumento dos que defendem a solução "realista" afirmar que Israel já é uma realidade após 50 anos de existência. A validade desse argumento seria o mesmo que afirmar, anos atrás, que o *apartheid* sul-africano era uma "realidade" após décadas e devia ser aceito pelos negros com algumas reformas. Tão progressista como exigir de San Martin que fosse realista diante do fato evidente de mais de três séculos de presença espanhola na América Latina.

Queremos-nos referir, particularmente, a uma corrente de esquerda que advoga a solução dos dois Estados e a retomada das negociações de paz: o Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU). Michel Warschawski, dirigente de seu grupo israelense e especialista no tema, sobre o qual escreve artigos para o jornal *Ronge* da LCR, seção francesa do SU, advoga por uma "verdadeira paz" e a coexistência entre dois Estados, "sob os auspícios da ONU".

Segundo Michel Warschawski: "Para deter a loucura assassina em curso, é necessária uma intervenção internacional, decidida a impor ao menos a retirada das forças militares israelenses e a redefinição de um marco de negociações que possa pôr fim ao *diktat* (mandato autoritário, N. do E.) israel-americano. Os palestinos pedem uma proteção internacional e este chamamento deve ser retomado com vigor pelo movimento de solidariedade que começa a se reorganizar em todo o mundo, depois de sete anos de confusão mantida pelos acordos de paz".¹⁴

"Uma força de interposição internacional seria, sem dúvida alguma, a

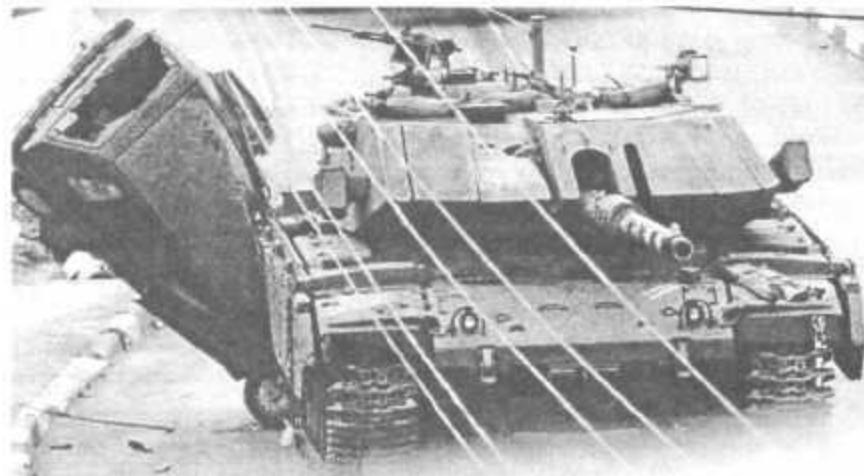
solução menos custosa. É o que pedem os palestinos. É também o que pode acelerar o reinicio das negociações, que o governo de Barak, mais isolado que nunca e incapaz de tomar a menor decisão, a não ser a de golpear, sabe que será inevitável. Neste sentido, uma intervenção internacional não serviria somente para evitar o massacre dos palestinos, mas também para limitar o número de vítimas do lado de Israel, que não vai parar de aumentar, como confirma o último atentado de Gaza.¹⁵

Ou seja, diante de tal ofensiva, impossível de ser derrotada por causa da desproporção de forças, o "realista" e o "revolucionário" é apelar para a boa vontade de uma intervenção internacional para, nada mais nada menos, que impor a retirada das tropas israelenses?! Os dirigentes do SU adotaram esse hábito político de exigir a intervenção da ONU frente a qualquer conflito que se dê no mundo (Bósnia, Kosovo, Timor, Chechênia). Curioso pacifismo este que encontra na exigência de intervenções

militares da chamada "comunidade internacional" a solução para todos os problemas. Curioso antimilitarismo este que converte os exércitos da ONU nos instrumentos políticos de todas as soluções. E infeliz e lamentável é a política que chama as massas permanentemente a confiar em instituições como a ONU, como se esta fosse neutra ou alheia aos problemas, como se a ONU ou os exércitos que intervém em seu nome estivessem acima dos grandes Estados, acima das classes, como se não fossem serviscais do imperialismo, em particular do norte-americano.

Para Warshawski, parece que "a comunidade internacional", ou a ONU têm outra política, qualitativamente diferente, sobre o conflito, distinta dos "planos de paz" que vêm sendo aplicados. Como se junto com a intervenção militar da ONU chegassem os planos de paz "verdadeiros", nos quais seriam reconhecidas as legítimas reivindicações palestinas.

Esquece que foi a ONU que reparti a Palestina para permitir, pri-



Tanque israelense esmaga carro nas ruas de Belém

meiro que se formasse e depois se desse legitimidade internacional ao Estado sionista? Não se lembra que foi a ONU que aprovou perseguir militarmente todos os que se levantaram em armas contra sua resolução de repartir a Palestina? E não foi sob o auspício da ONU que se negociaram, primeiro em segredo, depois se assinaram os vergonhosos Acordos de Oslo que tantos sofrimentos trouxeram aos palestinos e contra os quais luta hoje a Intifada?

Michel Warshawski sabe perfeitamente que dentre todas as organizações da esquerda mundial, só a IV Internacional levantou, em 1948, sua voz contra a constituição do Estado de Israel. "Abaixo a divisão da Palestina! Abaixo a intervenção imperialista na Palestina! Fora do país todas as tropas estrangeiras, os 'mediadores' e 'observadores' das Nações Unidas!", dizia a declaração da IV Internacional¹⁶. Warshawski deveria reconhecer ao menos que a defesa de "ambos os Estados", da coexistência entre eles e o pedido insistente de intervenção da ONU feito pelo SU hoje é uma posição oposta pelo vértice à declaração programática da IV Internacional.

Warshawski exige "uma força de interposição internacional" que, se se concretiza, obviamente estará obrigada a se interpor entre o exército israelense e os jovens palestinos que protagonizam a Intifada. E se os jovens palestinos não aceitam parar de atirar pedras, se se negam a ficar quietos à espera de novos "planos de paz"? A solução proposta por Warshawski só é possível com a condição de pa-

rar a Intifada, porque, do contrário, os jovens palestinos terão de enfrentar o Exército israelense e o da ONU.

Warshawski afirma que essa intervenção "é o que pedem os palestinos". Deveria dizer, com mais precisão, que isso é o que pede Arafat! Não deixar isso claro é a forma de confundir a defesa dos palestinos e sua Intifada com a defesa de Arafat e sua política. Arafat clama pela ONU, para negociar com Israel e para acabar uma Intifada que surgiu apesar dele e em boa medida, contra ele.

Propor como solução pedir a intervenção da ONU, independentemente da vontade que acompanhe essa proposta, acaba convertendo-se no apoio à permanência do Estado de Israel, no apoio à política de Arafat, em outras palavras, é o oposto do apoio incondicional à Intifada.

Retomar a defesa de uma Palestina laica, democrática e não-racista

A força do Estado de Israel, sua existência por mais de 50 anos, não se explica por seu poderio militar, nem sequer contando com todo o arsenal norte-americano. Como em toda guerra, é a política e não os meios técnicos e militares - apesar de estes serem importantes - o elemento determinante. É difícil, na história dos Estados, encontrar um que, enquanto mantém sua dominação a ferro e fogo, expulsa, saqueia e assassina, ainda é apresentado como a "pobre vítima sitiada", "cercada de inimigos", a quem "não se deixa viver em paz".

O sionismo conta com o auxílio da TV e da imprensa mundial, com o apoio dos Estados mais poderosos e influentes, além das inúmeras emissoras de TV, jornais, clubes das poderosas comunidades sionistas no inundo e os grandes *lobbies* milionários.

Conta também com inúmeras organizações políticas, sindicais, culturais, incluindo boa parte da esquerda, que acabam fazendo parte da canalhesca manobra de capitalizar para o sionismo o sofrimento do povo judeu com o Holocausto (vide artigo de Cecília Toledo), de confundir deliberadamente judeus com sionistas, de amortecer, justificar e minimizar o terror de todo um Estado.

O giro de uma parte da direção palestina, que é dirigida por Arafat, e sua estratégia dos dois Estados, é, acima de tudo, um triunfo do sionismo, porque legitima o direito de existir do Estado de Israel. A partir daí, qualquer negociação só pode levar, mais cedo ou mais tarde, ao retrocesso sistemático, ao gueto e à miséria.

Como afirma Ralph Schoenman, trotskista judeu norte-americano em seu livro *A história oculta do sionismo*, "Na realidade, os supostos defensores dos direitos palestinos que exigem a aceitação e o reconhecimento do Estado de Israel,

seja como for que se disfarcem, estão atuando como advogados do Estado colonial estabelecido na Palestina. Utilizam a cobertura pseudo-esquerdista da autodeterminação para 'ambos os povos', mas essa sofisticada utilização do princípio da autodeterminação, equívale a um chamamento encoberto a uma anistia a Israel"¹⁷.

Esse giro estratégico da direção da Al Fatah teve e tem como destinatário o governo norte-americano e as burguesias européias. Trata-se de mostrar "bom senso" e agradar os possíveis doadores. "Agora sim! A OLP defende uma política integradora, não-excludente, de convivência entre árabes e judeus", repetem reiteradamente os defensores do giro



Arafat encontra-se com Colin Powell em Ramallah

estratégico. Até nesse aspecto tão crucial de toda luta, como a batalha ideológica, o giro parece um certo reconhecimento tácito dos reiterados e reacionários tópicos que o sionis-

(continua na pág. 46)

Hamas: Trocar o Estado

Angel L. Parras

"Em Nome de Alá, o Misericordioso, o Clemente:

Vós sois a melhor comunidade que já surgiu para a humanidade. Vós impõdes a conduta correta e proíbese a indecência; e vós credes em Alá.

E se o Povo da Escritura tivesse acreditado, teria sido melhor para ele. Alguns deles são crentes, mas a maioria deles são praticantes do mal. Eles não irão vos prejudicar salvo uma leve ferida, e se eles lutarem contra vocês terão de retroceder e fugir. E depois de tudo eles não serão socorridos.

Ignomínia será sua porção onde quer que eles se achem salvos (onde eles se agarrem a) uma corda de Alá e a uma corda do homem. Eles incorreram no ódio do seu Senhor, e miséria será jogada sobre eles. Isso é assim porque eles se acostumaram ao descrédito nas revelações de Alá, e atacaram os Profetas erroneamente. Isso é assim porque eles eram rebeldes e se acostumaram a transgredir." (Surat Al-Imran versos 109-111) ... Israel irá crescer e permanecer ereto até que o Islã o elimine assim como ele tem eliminado seus predecessores.

Artigo Oito

Alá é seu objetivo, o Profeta seu modelo, O Corão sua Constituição, a Jihad seu caminho e a morte pela causa de Alá sua mais sublime crença.

O parágrafo citado corresponde à carta de constituição do Hamas. Essa sua postura fundamentalista é tomada pela propaganda sionista para afirmar seu repetido slogan de que os "árabes querem jogar os judeus ao mar, que são todos fanáticos" etc.

Desde a primeira Intifada, um movimento anti-sionista de caráter religioso muçulmano tem se fortalecido: o Hamas. A força que adquiriu esse movimento tem a ver essencialmente com o giro da direção da OLP, reconhecendo o Estado sionista, identificando-se com os Acordos de Oslo e se submetendo aos ditames do imperialismo norte-americano. As forças tradicionalmente de esquerda dentro da OLP, como a FPLP e a FDPLP, embora tenham criticado as posições de Arafat, não se constituíram até agora como alternativa real de direção às posições da Autoridade Nacional Palestina (ANP). Com isso, deixam um espaço vazio para que aqueles que aparecem como radicalmente anti-Israel, como os que mantêm o repúdio à própria existência do Estado sionista e lutam por sua destruição. Somente se entende esse espaço vazio e o desespero que acompanha a situação de cerco, miséria e repressão em que vivem os palestinos, se pode entender a força alcançada pelo Hamas.

Muito longe da propaganda feita pelo sionismo e seus aliados, a Palestina era a região do Oriente Médio onde a influ-

sionista pelo Estado islâmico

e Joseph Weil

ência política das correntes religiosas era comparativamente das menores na zona. Basta ver que a formação da OLP era por amplíssima maioria de natureza laica, o que se reflete na plataforma de 1969 acima citada. O peso adquirido por movimentos como o Hamas ou o Jihad está diretamente vinculado ao desgaste da direção da ANP. Para ter sua autoridade implantada em um pequeno trecho de território, Arafat cedeu e aceitou a manutenção do Estado sionista, elogiando os políticos trabalhistas israelenses e abandonando questões chaves como a dos refugiados e das terras usurpadas, ao mesmo tempo em que voltava a repressão contra as próprias filas palestinas. Apelando a uma política de atos de terrorismo individual e enfatizando seu caráter religioso com apelos ao *jihad* e ao martírio, o Hamas então apareceu como alternativa intransigente de combate a Israel, ganhando peso na juventude a partir da primeira Intifada.

Mas o projeto de Estado islâmico é o oposto ao projeto fundacional da resistência palestina. O projeto islâmico acaba dando argumentos ao sionismo e unificando ao seu redor ou paralisando os que tem dúvida, ao mesmo tempo em que não ajuda nem um pouco a romper o cerco imposto à luta palestina. A razão essencial é que o objetivo do Hamas é substituir um Estado teocrático, o sionista, por outro Estado teocrático, o islâmico. Significa, em essência, aban-

donara perspectiva de um Estado laico e democrático como estava na carta da OLP de 1969. É o simétrico do sionismo, no lado árabe, no aspecto religioso e de concepção de Estado. Significa também a perspectiva de uma ditadura teocrática sobre os povos da região.

A grande revolução iraniana de 1979 foi desviada para o beco sem saída da ordem burguesa e enclausurada na armadilha da ditadura dos aiatolás pela direção de Khomeini. Este implantou a República Islâmica, um Estado de natureza religiosa. Os iranianos já padecem há mais de 20 anos o significado dessa proposta, com a exclusão dos direitos básicos para todas as mulheres e as proibições à ação da esquerda. Hoje, quando os iranianos questionam essa ditadura, a República Islâmica mostra sua verdadeira face, por meio da política repressiva do aiatolá Khamenei contra os protestos democráticos dos jovens iranianos e contra os sindicatos independentes e os conflitos trabalhistas.

A nosso ver, a luta de liberação nacional e social palestina exige, além da disputa com a direção colaboracionista de Arafat, uma disputa permanente com as correntes fundamentalistas. E a melhor forma de fazê-lo é manter o apoio à luta contra o Estado sionista, o apoio hoje incondicional à Intifada, defendendo como solução a constituição de uma Palestina laica, democrática e não-racista, como parte da luta socialista em todo Oriente Médio.

mo sempre agitou: "os palestinos querem acabar com os judeus", "querem atirá-los ao mar", "acabar com o Estado de Israel é anti-semitismo, perseguição aos judeus".

Que outro programa, a não ser o programa fundacional da OLP, propunha a convivência entre árabes e judeus em um só e mesmo Estado? A proposta de uma Palestina democrática, laica e não-racista defendida pelo programa da OLP aprovado em 1969, marcou toda uma perspectiva de emancipação, que buscava a convergência entre árabes e judeus, sobre a base da eliminação do colonialismo sionista. Uma Palestina na qual os judeus que não faziam parte da invasão sionista eram "considerados como palestinos". Esse programa afirmava: "O movimento de libertação nacional palestino não luta contra os judeus enquanto comunidade étnica e religiosa. Luta contra Israel, expressão de uma colonização e baseada em um sistema teocrático racista e expansionista, expressão do sionismo e do colonialismo."¹⁸

Apontava assim uma estratégia para revolução palestina, atraindo o apoio de massas na Palestina e no resto do mundo árabe, assim como de parcelas das massas judias mais pobres prejudicadas pelo predomínio sionista e das camadas da juventude judia cansadas de servir de bucha de canhão em uma guerra sem fim para garantir os objetivos colonialistas insaciáveis de Sharon,



Jovens palestinos atiram pedras no invasor israelense

Peres e companhia. Um programa e uma estratégia que punham ênfase especial em não confundir de forma alguma os judeus com os sionistas.¹⁹

O então recém-nomeado presidente, lasser Arafat, explicando o programa fundacional da OLP, dizia: "Como presidente da OLP, conclamo os judeus, a cada um individualmente, a reconsiderar sua opinião sobre o caminho para o abismo pelo qual o sionismo e os dirigentes israelenses os conduzem (...) Fazemos a vocês o mais generoso dos apelos para que vivamos efetivamente uma paz justa, juntos em nossa Palestina democrática".

A Intifada de 1988-92 abriu pela primeira vez a necessidade de que Israel, com apoio dos Estados Unidos, tivesse que negociar, e permitiu a sobrevivência da direção da Al Fatah. E Arafat se pôs à cabeça da negociação, nos moldes do imperialismo norte-americano, para chamar a paz e trair os heróicos combatentes

das pedras. Qual é a avaliação, depois de mais de uma década, desse giro? Arafat é hoje o presidente de um bantustão de miséria e sofrimento, cercado de questionamentos quanto à sua autoridade, em meio a denúncias de corrupção e torturas e da visão da resistência palestina.

A nova Intifada não apenas repe- te as cenas de heroísmo do povo palestino e renova, com sua juventude, o compromisso com a luta, mas é também um questionamento objetivo, de cima a baixo, desse giro estratégico, da política dos dois Estados e dos "acordos de paz".

Edward W. Said diz que a defesa da Intifada se trata de abrir "uma se- gunda frente". É certo, porque de- fender hoje a causa palestina, apoia- r a Intifada exige, a nosso ver, re- dobrar esforços para explicar, expli- car e explicar em todos os lugares do planeta as razões da luta palesti- na, contradizer os argumentos fala- ciosos do sionismo, quebrando o cer- co que se quer levantar sobre a Pa- lestina e rodeando assim de solida- ridade a heróica Intifada.

Muitos defen- dem a aceitação dos planos de paz como "saída para o conflito" e renun- ciam à batalha es- tratégica pela Pa- lestina democráti-

ca, laica e não-racista em nome de um suposto realismo diante da "for- ça do inimigo". Convinha dizer-lhes que não se trata de menosprezar nem um milímetro da força do sionismo e do imperialismo, mas é bom lem- brar que recentemente os combaten- tes do Líbano conseguiram a retira- da das tropas de Israel, para o que colaborou a mobilização das mães dos soldados judeus que não agüen- tavam mais a perda de seus filhos em uma guerra sem sentido.

Desde o Líbano começaram a apa- recer os sintomas da exaustão da ju- ventude judaica com os anos de guerra em prol do colonialismo. Já existem grupos de ação contra a ocupação dos territórios ocupados dentro de Israel (Gush Shalom) e soldados como Noam Kuzar, que se recusam a servir neles, orientados por grupos como o Yesh Gvul. Seria impensável há al- guns anos que, como em 2001, no dia da comemoração da fundação de Israel haja uma contramanifestação desses grupos reunindo judeus e pa- lestinos em Jerusalém. A resistência palestina e árabe ao colonialismo sio-



Manifestação em São Paulo contra os ataques de Israel



Manifestação em apoio à luta palestina

nista permitiu que se abrissem as primeiras brechas na antes considerada invencível força armada israelense. E hoje a coragem dos ativistas da Intifada não se abate apesar dos as-

sassinatos, tiros e ameaças do exército sionista. Em suas mentes, corações e ações repousa a esperança e o futuro do povo palestino e de sua revolução.

NOTAS

¹ Ver artigo de Cecília Toledo

² Edward W. Said, intelectual palestino de prestígio e ferrenho opositor de Arafat e dos Acordos de Oslo. Exilado desde 1991, foi membro do Conselho Nacional Palestino.

³ do artigo "Palestina: temos que abrir a segunda frente", publicado em *Rebelión*, 157 4/01, traduzido de *Al-Ahram Weekly Online*.

⁴ *Le Monde Diplomatique*, set. 2000

⁵ Schoenman, Ralph. *Historia oculta del sionismo*, Barcelona, Marxismo y Acción, 1988, p. 41.

⁶ Citado em Rothschild, Jon "How the arabs were driven out of Palestine" (*Intercontinental Press*, no38, Nova York, 1973) e também em artigo de Uri Avneri, líder pacifista israelense de fevereiro de 2001.

⁷ *El Mundo*, 8/4/01

⁸ Recinto sagrado muçulmano.

⁹ *Le Monde Diplomatique*, edição espanhola, jan. 2001

¹⁰ Citado em "Palestina: el volcán". Adrián MacLiman

¹¹ *Idem*

¹² *Los Angeles Times*, 10/1/88, apud Schoenman, R., *op.cit.*, p.119. É só olhar para os postos de vigilância israelenses em Gaza e Cisjordânia responsáveis por muitas mortes de palestinos na nova Intifada, para ver que esse modelo prosperou.

¹³ *Idem*, p.15

¹⁴ Michel Warshawski: 'Crisis palestino-israeli, ruido de botas" em *Rouge*, out. 2000.

¹⁵ Michel Warshawski, "Bombas sobre Gaza" em *Rouge*, nov. 2000.

¹⁶ *Qitatriéme Internationale*, junho 1948.

¹⁷ Schoenman, R., *op.cit.*, p.117-118.

¹⁸ Garaudy, R. *Palestina, terra de los mensajes divinos*, Madri, Fundamentos, 1986, p.403.

¹⁹ Declaración política da Al Fatah, 1.1.1969.

²⁰ extraídas da *Charter of HAMAS*.